

# Língua sobrevivente

54

**Jacqueline Ceballos Galvis**

Universidade Estadual de Campinas

**Resumo:**

A língua, da qual resulta herdeiro o escritor esloveno Boris Pahor, leva encriptado o drama infinito de mais de uma catástrofe, entre fogos de palavras, no corpo a corpo das línguas, na língua onde se entretece o testemunho de quem se confia à destinerrância da escrita. A resistência antifascista e a traumática experiência vivida em vários campos de extermínio, como prisioneiro político, marcam uma escrita da sobrevivência perpassada por diversas questões sobre a língua.

**Palavras-chave:** Língua; Herança; Trauma; Catástrofe; Testemunho.

**Resumen:**

La lengua, de la cual resulta heredero el escritor esloveno Boris Pahor, lleva encriptado el drama infinito de más de una catástrofe, entre fuegos de palabras, en el cuerpo a cuerpo de las lenguas, en la lengua que entreteje el testimonio de quien se confía a la destinerrancia de la escrita. La resistencia antifascista y la traumática experiencia vivida en varios campos de exterminio, como prisionero político, marcan una escritura de la sobrevivencia atravesada por diversas cuestiones sobre la lengua.

**Palavras clave:** Lengua; Herencia; Trauma; Catástrofe; Testimonio.

*“Todo testemunho responsável  
introduz uma experiência poética  
da língua.”*  
Jacques Derrida

A tensão que atravessa o texto *Necrópole*, de Boris Pahor, permite refletir, entre outras coisas, na questão da língua, no segredo da sua multiplicidade intraduzível e “intradutível”, no trauma sem resposta que marca e confronta sem defesa o sobrevivente. No entanto, a língua não é apenas um simples meio de representação do pensamento: em várias passagens do relato, Pahor lembra a sua natureza corporal. A relação do escritor com cada célula das línguas é muito cara, o que deixa perceber a materialidade textual que envolve o testemunho. Assim, a língua passa pela ausência de respostas. “La langue avec laquelle se dit et s’écrit l’événement de la mort est murée dans le sans-réponse. Elle oblige l’autre, le témoin, à parler, fusse-t-il le dernier à le faire” (COHEN, 2010, p. 58), tornando-se uma língua de combate e resistência, que permite pensar na perda que sofre e o constitui desde criança, quando, em tempos do fascismo, a sua língua, a mais minoritária entre as línguas minoritárias eslavas, foi proibida por Mussolini e barbarizada na época que o fascismo italiano quis acabar com qualquer rastro de memória eslovena.

O tremor dessas feridas abertas no corpo da língua ressoa entre os restos que compõem no relato. O trauma da ruptura interfere e trama as memórias da língua por vir. Ali, o trauma vem tecer e destecer mais de uma trama no fio de fino silêncio das palavras errantes, ainda que a monstrosidade do acontecimento venha agravar-se com a intensidade da ruptura que excede as possibilidades e as capacidades da fala. Fala da fratura e da escuta nômade, em que as interrupções provocam inacabadamente à fala. Entre imagens escritas e escritas imagéticas, a memória imagina, outras línguas na língua são desenhadas. Apesar do tumor que abisma a memória e sem jamais deixar de lado o esquecimento, ele imagina, reinventa imagens, se deixa transportar e mesmo deportar pelas imagens-pensamento e seus traços inaparentes e multiformes. Imprime seu rastro entre outros rastros e deixa que se apague na fugacidade inesgotável do traçado.

A experiência espectral que perpassa o testemunho talvez venha à língua nessa espectralidade errante das palavras, o que lembra

aquilo que à língua aconteceu: as marcas catastróficas das guerras que se inscrevem nela, o traço diferencial em que erra e abisma a vela do segredo, após as proibições do esloveno sob o Império austro-húngaro e logo sob o regime fascista italiano, sem contar a Segunda Guerra Mundial e que a Eslovênia seria, no pós-guerra, integrada à Iugoslávia, que novamente voltaria a entrar em guerra.

No percurso de *Necrópole*, há palavras e frases que restam da língua alemã, questão que ratifica sua dolorosa e abismal intraduzibilidade, cheia de sentidos e marcas inapagáveis pelo passo a outra língua e que precisam ficar inscritas nela, sobretudo a língua alemã, talvez como se nesse gesto Pahor insistisse na sua rejeição de deixar que as células da morte impregnem as células vivas. Segundo o escritor, o mal precisa ficar intacto na sua decomposição, pois as tentativas reparadoras de tradução não adiantam para transmitir o universo de horror que essas expressões trazem e ficam como buracos inelutáveis na memória ferida. Pode-se perceber como a língua alemã aparece espectralmente no relato escrito em esloveno através das expressões tocantes para marcar nas suas ressonâncias a destruição que o reduz todo às cinzas. O alemão que marca o inexpressável resta intraduzível, na língua, data, assinatura e acontecimento se selam e desselam indefinidamente, assim, o idioma resulta irreduzível na sua singular-pluralidade textual: “Invencível singularidade do corpo verbal que nos introduz já no enigma do testemunho. Junto com o insubstituível da testemunha singular” (DERRIDA, 1999, p. 14).

Na sua novela traduzida para o francês *Quand Ulysse revient à Trieste* (2013) Pahor destaca não só a rendição resignada por parte das autoridades eslovenas, mas também a resistência de alguns eslovenos diante do etnocídio e do genocídio. Porém, sem ceder a nacionalismos excludentes, tenta recuperar a dignidade perdida, ainda que seja irrecuperável, de acordo com a questão que Derrida coloca: “Como defender a diferença linguística sem ceder ao patriotismo, em todo caso a certo tipo de patriotismo, e ao nacionalismo? Tal é o desafio político deste tempo”<sup>1</sup> (DERRIDA, 2001). Um desafio político ao qual o autor esloveno ainda hoje expõe-se em diversas declarações, consideradas controvertidas pelas críticas feitas à problemática entre Eslovênia e

---

1 Entrevista disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/>> Acesso em: 24 Out. 2013 (Tradução nossa).

Itália, e que alcançaram uma repercussão no âmbito político e cultural. Ele reitera que está a favor de uma consciência nacional para não ceder às imposições da Itália, pois, segundo ele,

Itália nunca tem feito justiça com Eslovênia. Em 1920 incendiaram o *Narodi Dom* (Casa da Cultura) de Trieste e em 25 anos destruíram nossa língua e nossa cultura, nos forçaram ao êxodo, ocuparam Liubliana, se repartiram Trieste com a Alemanha, e vários generais cometeram atos criminosos que nunca foram julgados. Ainda não se conhece tudo o que fizeram os fascistas. Algum livro tem contado que os crimes de guerra seguem impunes (...) Fomos esquartejados. Devíamos esperar o ano 2000 para que se aceitasse o bilinguismo na Região de Venezia Giulia e a 2009 para que o Presidente da República, na Itália, reconhecesse em seu discurso do dia da memória, as atrocidades que cometeu o fascismo contra os eslovenos. (PAHOR, 2010)<sup>2</sup>

Não se pode amar a língua como resistência sem ceder a uma política nacionalista fechada em si, nem ficar sumido na paralisia da naturalização das origens, sejam estas de caráter étnico, ideológico, político, social, econômico, entre outros. Sua obra está atravessada pela tensão entre pertencer à língua eslovena e a adesão violenta de Trieste ao regime de Mussolini, com a consequente imposição do italiano. A destruição da casa de cultura eslovena aparece como um momento traumático chave na vida não apenas de Boris Pahor, senão também na história de outros eslovenos, que foram obrigados desde crianças a experimentar o tremor de uma comunidade apavorada, enquanto as chamas ascendidas pelos fascistas incineravam diante dos seus olhares impotentes as heranças e a sua visão do futuro, feitas fumaça para sempre. Além do trauma, viria a culpa incompreensível, ao ser condenado por falar a língua amada e herdada pelos pais, a mesma que ensina como é o mundo e estrutura a sua realidade.

Pourquoi aurais-je dû y renoncer? C'est la langue vivante dans laquelle je m'étais développé. Celle dans laquelle j'avais découvert l'un de mes poètes préférés – après Baudelaire –, le merveilleux Srečko Kosovel, mort à 22 ans et souvent surnommé le “Rimbaud slovène”... Bref, c'était la langue, comme dit Chomsky, dans laquelle j'avais appris à “interpréter le monde”. (PAHOR, 2013,

---

<sup>2</sup> Entrevista disponível em: <<http://www.revistadeletras.net/dialogo-con-boris-pahor-por-jordi-corominas-ijulian/>>. Acesso em: 14 dez. 2012 (Tradução nossa).

p. 12)

Mas a pior monstruosidade foi quando anularam os nomes singulares das gentes, além dos túmulos dos mortos. A violência imposta à língua e na língua chegaria ao extremo após vinte e cinco anos de ostracismo nos campos de concentração, onde aqueles seres sem nome seriam reduzidos a um simples número, cujas cifras os nazistas tentaram apagar com cálculo de aço na incalculável aniquilação anônima: “Os fornos crematórios não foram seu único crime; mas, em pleno meio-dia, o mais abjeto, seguramente, na ausência abismal do nome.” (JABÈS, 2006, p. 92 – tradução nossa).

58

E aquele foi somente o começo, pois mais tarde o rapaz acabou se vendo na condição de culpado, sem saber contra quem ou contra o que tivesse pecado. Não conseguia entender que o condenavam devido ao uso da língua através da qual aprendera a amar aos seus pais e começado a conhecer o mundo. Tudo se tornou ainda mais monstruoso quando se decidiu mudar o nome e o sobrenome de dezenas de milhares de pessoas, e não só dos vivos, como dos moradores dos cemitérios. E aquela supressão que já durava um quarto de século, lá estava agora no *Lager*, alcançando o limite extremo, reduzindo o indivíduo a um número. (PAHOR, 2013, p. 44)

Desse modo, a escrita de Pahor apresenta-se com a intensidade e a singularidade de uma experiência limite quase traduzida pela voz da resistência que deixa ressoar os restos, outras vozes feridas que vêm e acontecem nela, as cinzas dos nomes que em pleno meio dia acumulam sua noite entre as montanhas. Em *Necrópole*, assim como em outros dos seus textos escritos na língua que resiste a ser calada, Pahor testemunha a força eslovena de adaptar-se ao espírito da língua estrangeira, sem, por isso, perder os traços diferenciais, o que também lhe permite sobreviver à morte do anonimato. Plasticidade da língua que não se sabe se resulta signo de diversidade interior e da universalidade caleidoscópica do espírito esloveno ou da flexibilidade que se foi acrescentando pelas experiências ásperas e a adaptação contínua. Nessa elasticidade das línguas sobreviventes, que nas bordas das chamas resistem diante da assimilação, talvez eslovenos, judeus, ciganos, entre outras estirpes excluídas entrecruzam seus destinos, nas fronteiras onde nada está assegurado e a vida e a morte pendem do fino fio que se tensa ao pronunciar uma palavra arriscada incondicionalmente

à hospitalidade indissociável da hostilidade de outrem.

Em 1940, Boris Pahor foi enviado como soldado italiano à Líbia. Logo depois, trabalhou na Itália como tradutor de oficiais prisioneiros iugoslavos em Bogliaco, no lago de Garda e, posteriormente, trabalhou como intérprete e enfermeiro nos campos de extermínio nazistas. A partir destas experiências como tradutor num ambiente hostil, o escritor acolhe e confronta a influência indiscutível e marcante da diversidade linguística.<sup>3</sup>

59

Diante das marcas incictrizáveis no corpo da língua, sua escrita em esloveno propõe uma luta pela recuperação dos restos, das cinzas da língua, multiplicidade intraduzível que provoca confrontar e desafiar a historiografia e a tarefa de construção de memória entre essas ruínas; é o ofício de um sobrevivente que ainda depois de um século de vida não deixa de doar *in memoriam*, de endereçar o testemunho aos que se foram e aos que restam por vir, e nele sutilmente reconhecer as vozes que foram silenciadas. Ato poético, ético e político *in memoriam* ao outro, mas também solicitado no esquecimento do outro, talvez também para outros. Quiçá aquelas mãos desconhecidas e entreabertas que depois de ser tocadas e tomadas pelas páginas de *Necrópole* decidem, na indecidibilidade entre vida e morte, acolher o desmedido silêncio das suas sobrevivências, as spectralidades das palavras e a lei sem lei da sua retornância. À escuta desse testemunho errante entre sombras, benção entreaberta à revolta incessante dos que não voltaram jamais. Revolução interminável dos restos na infinita solicitação de justiça.

O medo, de fato, tomara conta de nossa comunidade a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, desde os dias em que os livros das nossas bibliotecas ficaram amontoados diante da estátua de Verdi, com as pessoas achando graça enquanto queimavam. E então o medo tornou-se o nosso pão de cada dia quando as nossas casas de cultura foram transformadas em braseiros, quando um fascista atirou num pregador no templo do Canal, quando um professor com uma tosse suspeita

---

3 A singular pluralidade de línguas que se podia escutar entre os campos, pelos prisioneiros e deportados vindos de locais e países diferentes, contrasta com os gritos autoritários e violentos dos soldados alemães que inscrevem marcas cinzentas no corpo da língua. Mas também no corpo a corpo com a língua, Pahor parece procurar a possibilidade de abertura na língua ao a mais e menos de um, às alteridades e restos in-totalizáveis da língua, como resistência criativa diante da voz hegemônica que quer se impor destruindo tudo o que seja diferente.

castigou com a sua saliva nos lábios uma aluna que se atrevera a conversar na língua proibida. (Ibidem, p. 51)

Ainda que o esloveno tenha sido uma língua proscrita em público, acorda também a responsabilidade de “quem tem sido designado para falar no lugar das línguas caladas” (Ibidem, p. 131); quem foi designado, tomado, antes de poder, antes de saber, antes da boa vontade ou do involuntário, sem antes, no anacronismo das temporalidades revoltadas. Ele se encontra impelido a testemunhar pelo impossível, pelo sofrimento concreto daqueles que não voltaram, e pela língua humilhada e esmagada. O sobrevivente fala no fio tênue, na tensão irreduzível de não podê-lo fazer, não à medida do abismo entreaberto pela catástrofe na língua. Vozes do abismo se encarnam na sua voz, ressoam entrecortadas e trançadas nela. O silêncio deixa vir outras memórias, múltiplas lembranças visitam na chegada irruptiva da escrita, no seu esgotamento inesgotável, infinitamente finita. O sobrevivente poderia deixar-se esmagar pelo peso de cada pensamento e das lembranças, mas o mesmo insuportável solicita portar o inesgotável rastro do outro que continua reafirmando a sobrevida: “Tu veux donc mourir. Mais ça n’a aucun sens. Ta mort ne nous rendra pas la vie. Se n’est pas un acte. Tu dois sortir d’ici, tu dois témoigner de notre souffrance et de l’injustice qui nous a été faite” (LANZMANN, 1985, p. 235).

“Abre tua boca pelos mudos e pela causa de todos aqueles que estão abandonados” (Provérbios 31,8). Este imperativo ditado, citado, e incitado no coração proverbial afeta e fratura a língua, a história, a realidade, e o pensamento. “Un impératif de parole, un impératif de témoignage, là où la Parole et les paroles ont perdu le droit de dire. Un impératif de récit, là où language, et pas seulement l’histoire, a été déchiré. Brisé” (OMBROSI, 2007, p.90). Falha na fala, exigência de falar na falha, irredimível fala ferida, em mais de uma chaga, em mais e menos de uma cripta, língua marcada nos corpos descompostos pelo desastre. O idioma de Boris Pahor torna-se tenso nessa interrupção ininterrupta das vozes e na sua infinita solicitação das mãos dos que não voltaram. Ele cuida que essa distância não seja esquecida, e deixa que esse desamparo porte e seja portado pelas mensagens desses “ossos humilhados”, assim como não se esquece do nomadismo que traça sua

aventura irredutível aos desejos de sangue.

Parei num local afastado das barracas e dos outros carros. Tinha espaço suficiente para ficar sozinho na margem do gramado. Molhei as sandálias com o orvalho do capim espesso enquanto tirava o assento anterior direito e enchia o colchãozinho Pirelli aonde iria a dormir. Repeti inúmeras vezes estes gestos, nos últimos anos: deixar na horizontal o assento posterior, brotar no meio um banquinho dobrável no qual deitar o colchão, esticar e dobrar cuidadosamente nele os lençóis, de ambos os lados, e aí repetir a operação com os cobertores de lã. Pois e: repeti estes gestos nos crepúsculos dos Alpes e de Amsterdã, nos de Amiens e de Tübingen; mas somente aqui esse automatismo de viagem tornou-se um ritual consciente. Na fraca luz da lâmpada sob o espelhinho retrovisor preparei o meu ninho naquele espaço apertado, saboreando quase com ciúme a liberdade reconquistada. Reconheço que aproveitei muitas vezes essa delícia; e agora, aqui, no sopé da encosta com patamares, estou acordado com as fibras do meu ser. Percebo agora que o meu nomadismo é uma herança do mundo do *Lager*; mas ao mesmo tempo sei que, com o nomadismo, eu não me esquivo da comunidade – confirmo, aliás, que o homem tem direito a uma esfera de ação pessoal na qual não é justo que a comunidade ponha o nariz curioso e as suas unhas venenosas. Depois de voltar, transmiti aos vivos do melhor jeito que pude a mensagem de aqueles que foram reduzidos a ossos humilhados; seja-me concedido, agora, tornar-me um livre romeiro. O meu isolamento estival, a final de contas, transforma-se numa silenciosa união com todos aqueles homens que, distantes de toda crueldade, tentam evoluir de objetos a sujeitos da história. (PAHOR, 2013, p. 256)

Para Pahor, a experiência nômade considerada como um legado do mundo do *Lager*, tem muito a ver com a (im)possibilidade da tradução; interrupção menos acidental que constitutiva da transmissão. Assim, o testemunho impossível torna-se paradoxalmente necessário, e implica a incondicional responsabilidade da experiência poética da língua. O passo catastrófico dado por Struthof, Dachau, Dora, Bergen Belsen e Buchenwald, marcou profundamente a sua vida, e os rastros dessas passagens nas sombras podem ser percebidos entre as ruínas da sua literatura testemunhal. O escritor e, com ele, todos os que têm sobrevivido aos campos de extermínio, sabem da impossibilidade de dizer diante do evento, mesmo assim, a sua prodigiosa escrita se nutre das iniludíveis ruínas que deixam ressoar a constância do dizível no indizível. Mas, como enfrentar esse paradoxo? Uma ética da tradução implica, nesse sentido, falar pelo outro ou deixá-lo falar na interrupção

de si em si, sem a pretensão englobante de extinguir suas alteridades em um todo “omniabarcante”, mas no fogo secreto, em uma luta contínua contra a língua concentracionária que abala a suposta solidez dos discursos dominantes e que, tecidos entre os cantos da terra e do sangue, procuram impor a última palavra.

Segundo Márcio Seligmann-Silva, a *Shoah* introduz um novo modelo de representação porque ela redimensiona a questão do intraduzível, revela que não existe uma monolíngua que dê conta de abarcar o “todo”; em segundo lugar, porque esse evento teve um efeito tal na nossa cultura que trouxe à tona de modo irrefutável que a identidade (e o universo simbólico) só se estabelece a partir dos traumas (e não de uma formação linear e ascendente); finalmente a reflexão sobre a *Shoah* é essencial para a nova ética da tradução porque esse evento é o resultado mais decantado e trágico do modelo monológico da língua. O nazismo se caracterizou pela tentativa de construir uma língua radicalmente autocentrada. Esse caráter autotélico está na origem de sua “impotência” em lidar com o “outro”: essa língua só podia se estruturar via eliminação do “outro” (SELIGMANN, 2005, p. 211).

Ali, o excesso de restos vibra irredutível ao saber ou ao dito, e dissemina a obra, fazendo tremer a barbárie da língua, pondo em questão a última palavra do genocídio. Deste modo, pôr a língua em questão é também resistir ética, política, poética, literal e literariamente. Resistência e restância que permite pensar na tarefa da testemunha, na escrita errante, entre os campos e entre as línguas nas suas inegáveis diferenças, assumindo o risco da tradução, sem esquecer a dis-con-junção que corrói e nutre a cada língua, atingida pela existência exiliada das coisas, pelo deslocamento do mundo. “A dis-con-junção das línguas responde a das coisas. A tradutibilidade e a intradutibilidade têm aqui a sua raiz comum” (NANCY, 2011, p. 9). Há coisas que permanecem sempre estrangeiras nos transplantes à língua do outro. Certo estranhamento inevitavelmente não deixa de perturbar e provocar a traduzir sem descanso, pois “sabemos é ao mesmo tempo no interior de cada língua que se joga ao infinito a dis-con-junção das coisas” (Ibidem, p. 10).

A (im)possibilidade de traduzir a língua da morte permite

caminhar nas pontes e voltar de outro modo, na improbabilidade da mudança de ar; a interrupção e o ponto de não tradutibilidade incitam a tradução em processo in-finito. A fratura e o trânsito, a contaminação entre línguas, ao mesmo tempo solicita testemunhar sua travessia de peregrino entre sombras, conjugando sobrevida e tradução. Trata-se do intraduzível como condição de tradutibilidade. Traduzir-se na experiência do desastre. Pois “com a *Shoah* o paradigma tradicional da representação sofre um abalo: esse evento mostra em que medida o “real” não pode ser totalmente traduzido e como a língua nem simplesmente “transporta sentidos” nem meramente “constrói a realidade” ex nihilo; por outro lado, esse evento exige a sua representação. Voltamos portanto ao registro do *double bind*: da necessidade e impossibilidade da tradução” (SELIGMANN, op. cit., p. 211). Demora entre as ruínas da língua e da representação, que leva a pensar entre políticas e éticas da tradução im-possível, para além das capacidades ou das possibilidades, e que nesse “entre” e não lugar das fronteiras aporéticas, deixa lugar para que algo que não tem visto a luz aconteça.

O racismo, a exclusão, e o apartacionismo na língua permitem evocar um texto em que Jacques Derrida intervém no pensamento político e estético, dialogando com uma exposição artística errante acontecida na África como ato de resistência e memória nômada diante do horror do *apartheid*. Ali, é interessante escutar aquilo que ressoa nessa palavra que rejeita a tradução, e o afastamento concentracionário que leva. Tudo isso que late encarnado no corpo dessa palavra:

Sistema de partição, alambradas, multidão das solidões em grade. Nos limites desse idioma intraduzível, uma violenta detenção da marca, a dureza estridente da essência abstrata (*heid*) parece especular sobre outro regime de abstração, a separação confinada. A palavra concentra a separação, eleva o poder desta e a põe ela mesma aparte: o apartacionismo. Algo como isso. Isolando o ser aparte em uma sorte de essência ou de hipótese, corrompe-a em segregação quase ontológica. Em todo caso, como todos os racismos tendem a fazê-la passar por algo natural – e pela mesma lei da origem. Monstruosidade desse idioma político. Um idioma não deveria, é claro, jamais inclinar-se ao racismo. No entanto, o faz com frequência e isso não é inteiramente fortuito. Não há racismo sem uma língua. (DERRIDA, 1996, p. 69 – tradução nossa)

As violências do racismo entre outras formas de exclusão,

sem serem apenas palavras, não deixam de passar por elas, e não se limitam aos apelativos marcantes que tatuam até a medula dos ossos humilhados. Estas também podem estar vestidas de belas heráldicas enfeitando as cartas magnas dos estados democráticos e sociais de direito.

Ainda que invoque o sangue, a cor, o nascimento, ou melhor, porque mantém um discurso naturalista e, às vezes, criacionista, o racismo descobre sempre a perversão de um homem “animal falante”. Institui, declara, escreve, inscreve, prescreve. Sistema de marcas que precisa os lugares para assignar residência ou fechar as fronteiras. Não discerne, discrimina. (Ibidem, p. 70 – tradução nossa)

Não se pode ser indiferente diante das marcas do genocídio na língua, nem do racismo estatal e jurídico que implicam certos discursos do *homo politicus*. Listas inacabadas de genocídios e etnocídios crescem como a sombra indissociável da luz poderosa, progressista e devastadora dessa “última impostura de um presunto estado de direito que não duvida em fundar-se numa pretendida jerarquia originária – de direito natural ou de direito divino: os dois não se excluem jamais.” (DERRIDA, 1996, p. 67). A supressão das diferenças culturais ou linguísticas entre as passagens da tradução não está longe das pretensões de dissolver o múltiplo no um, até chegar ao limite extremo de encontrarmos um nível em que, diante da língua hegemônica, “constata-se que a prática etnocida e a máquina estatal funcionam da mesma maneira e produzem os mesmos efeitos: sob as espécies da civilização ocidental ou do Estado, revelam-se sempre a vontade de redução da diferença e da alteridade, o sentido e o gosto do idêntico e do Um” (CLASTRES, 2011, p. 83).

Portanto, a memória de Pahor volta-se aos restos do etnocídio e do genocídio de que foi vítima, restos praticados sistematicamente sob os dogmas, paradoxalmente não muito longínquos do humanismo que se erguera como ídolo de turno e jeito expiatório perfeito, para os projetos de redução e de aplicação do princípio de identificação, segundo os interesses de domínio sob as proclamas da “dignidade humanitarista”, baseada na racionalidade artilosa, cúmplice e até instrumento do extermínio inscrito no coração da cultura que se quer impor em detrimento daquelas julgadas inferiores ou más. Restos irrecusáveis do desastre latente na essência da missão civilizatória,

o que nos anos vinte se denominou italianização forçada que, a partir da primeira guerra mundial, se traduz no expansionismo e no recrudescimento do fascismo. A negação cultural, levada sob o pretexto de dar uma “alta cultura” aos “bárbaros eslavos”, constitui uma marca grave para cada esloveno, traço diferencial, ao que comparece a comunidade juntada e disjuntada indefinidamente na ferida. Ruínas que nos lembram, junto com W. Benjamin, entre outros, que a cultura não é uma simples abstração, mas tem sua história, seus conflitos, suas camadas, seus discursos dominantes que tentam legitimar-se na sua violência sobre os detritos, cuja existência se procura apagar e cujos murmúlos falta acolher na escuta, encarando esses outros rostos e rastros entre as dobras e os cacos da história, para interpretar a natureza desse processo etnocida e genocida indissociável do mundo cultural. Nesse sentido é interessante lembrar a afirmação de Pierre Clastres: “A espiritualidade do etnocídio é a ética do humanismo.” (Ibidem, p. 80), e, também, a distinção feita pelo autor entre genocídio e etnocídio que, na sua indecibilidade, são apropriados diretamente pelos regimes fascistas. Poderia dizer que com o etnocídio da cultura eslovena – entre outros grupos diferenciados, excluídos para fora das fronteiras ou incluídos, às vezes, para melhor extingui-los, sem ser acolhidos na diferença e de quem se procura tirar toda humanidade nos campos até reduzi-los aos detritos e à fumaça dos fornos, tantos judeus, ciganos entre outras pessoas de diferentes partidos políticos, pensamentos, crenças religiosas e expressões sexuais –, procurava-se “a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição” (Ibidem, p. 78-79).

Com os desastres das guerras que marcaram os séculos, especialmente o século XX até hoje, manifesta-se a olho nu a capacidade etnocida desenfreada e sem limites dos estados e suas hierarquias. Lógica muito conseqüente em um mundo onde produzir, competir, consumir ou morrer é a divisa exigida. Estado de coisas que bem parece reproduzir aquela frase pendurada na entrada daquele campo de concentração, que condicionava a liberdade ao trabalho forçado. Carnificina e marcha cega de um desenvolvimento camicase, cuja cabeça, capital (ponta de lança embebida em si), nem olha aos lados, atrás ou adiante e, menos ainda, para outro cabo; nem se importa pela devastação deixada com seu soberbo passo, tampouco admite deixar rastros do que considera nocivo aos seus fins, pois se procura

a limpeza desse mal que a perturba, os rastros devem destruir-se, o desmatamento e a erradicação da diferença se procuram absolutos. Nessa fórmula, o autor denuncia não apenas as pretensões etnocidas, levadas sob a doutrina oficial das instituições e dos governos quanto à política indigenista de extermínio. Mas a crítica pode se estender aos processos que, sob o pretexto do desenvolvimento homogêneo e a dignidade progressista, continuam perpetrando práticas etnocidas as quais estão determinadas conforme o preconceito que proclama a hierarquização das culturas, designando que há umas superiores e outras inferiores que deveriam ser civilizadas, assimiladas, integradas, enfim, negadas, conforme o ideal que afirma a superioridade absoluta de uma cultura.

66

Etnocídio e genocídio se entrecruzam nas experiências catastróficas libradas por Pahor, nas quais o autoritarismo violento dos que ostentam o poder estende-se de acordo com o expansionismo da sua língua empunhada. Ambos têm em comum uma visão totalitária do outro, segundo a qual o outro seria a diferença que, como má diferença, procura-se destruir. Esse mal pode ser atenuado ou mesmo abolido. O tratamento perverso a que se submete a diferença varia entre o etnocídio e o genocídio. Para o etnocida, a diferença do outro é um mal relativo que pode ser exorcizado, mas para o genocida esse mal é absoluto e deve aplicar-se uma “solução final”. Há que silenciar a língua da diferença, há que cortar a diferença da língua.<sup>4</sup> O domínio dos espíritos e dos corpos ou sua aniquilação total atuam na sistemática e racional negação do que não é idêntico a si.

Silêncios, dissoluções e cortes, perpassam o idioma de Pahor e tecem os trapos da sua memória. Segundo a perspectiva totalitária, monocular, a diferença é inaceitável e deve ser recusada; no entanto as alteridades da memória são levadas a menos, ou se tenta subsumi-las entre o pó das doutrinas assimiladoras e hegemônicas. Tem-se não apenas alergia do que não se reduz às tentativas de identificação, aos obsoletos modelos de representação supostamente bem sucedidos e plenos de si, mas procura-se por isso para negá-lo. Não é suficiente a ridicularização, a redução, a folclorização e a exotização; não basta a satanização da diferença e a imediata purificação levada pelos evangelistas da morte e todo aquele carrasco que, sem importar-se com

<sup>4</sup> “O etnocídio resulta na dissolução do múltiplo no Um” (CLASTRES, 2011, p. 83).

os meios, procura cínicas justificativas aos seus fatos. “O etnocídio resulta na dissolução do múltiplo no Um” (CLASTRES, 2011, p. 83). Às torturantes marcas do extermínio, segue a tortura do seu apagamento inacabado, as tatuagens que não acabam de extinguir-se e voltam na pele exposta da língua.

Por outro lado, o filólogo Víctor Klemperer, que escreveu clandestinamente seus *Carnets* antes e durante a Segunda Guerra Mundial, (estudo inestimável que testemunha como o totalitarismo na língua do Terceiro Reich se inseria até as mais íntimas camadas sociais), afirma que “O nazismo se insinua na carne e no sangue da maioria através das expressões isoladas, uns sesgos, umas formas sintáticas que se impõem a milhões de exemplares e que foram adotados de forma mecânica e inconsciente” (KLEMPERER, 2006, p. 21). O linguista escutou e observou com minúcia as semelhanças das expressões, por exemplo, entre os obreiros de uma usina e os membros da Gestapo, para concluir que “Todos, partisanos e adversários, oportunistas e vítimas, eram incontestavelmente guiados pelos mesmos modelos” (Ibidem, p. 21). No seu relato, Boris Pahor dá conta desses sesgos e expressões marcadas com ignomínia na memória, ao mesmo tempo em que se encarrega de desmascarar a suposta inocência dos que desejam lavar suas mãos desses terríveis usos da língua, numa empresa de destruição que abrange não apenas o algoz, os seus chefes, as vítimas, entre outros, mas também a todos aqueles entre nós que não deixamos de receber, em mais de uma língua, essas pesadas heranças que envolvem, antes de qualquer escapatória. Não se podem ignorar as marcas do racismo na língua, e como a sua última palavra ainda se quer impor perversamente, traçando campos de apartacionismo entre diversas regiões do mundo, suprimindo o que se julga inferior ou simplesmente nocivo para a obstinada conservação da segurança nacional e individual. Inclusive no momento do fim e posterior à Segunda Guerra Mundial em que, entre muitos, se condena o racismo nazifascista.

Essa última palavra do racismo ainda se manifesta, lá onde se acredita no bom nome das políticas nacionalistas que promovem o apartacionismo, entre sociedades fundamentalistas, culturas sedimentadas dogmaticamente nas desmesuras da fé e da violência, nos purismos deterministas das mentalidades unidimensionais que gostariam de impor e expandir seus domínios, ou ali onde ainda se

eleva a consigna ou se decreta o desenvolvimento separado de cada “raça” na zona geográfica a que seja atribuída. O apartacionismo racial, físico, cultural, político, jurídico, econômico, linguístico, entre outros terrenos, que implica a palavra *apartheid*, estende-se até nossos tempos no momento em que se tenta impedir, através de diferentes formas violentas de exclusão e extermínio, o contágio da contaminante e catastrófica hospitalidade; entre as fronteiras linguísticas e entre as geografias do mundo que se fecha sobre si, para aniquilar o outro que não cessa de parasitá-lo. Nessas bordas cheias de dobras se desdobram, se desbordam, se livram reais guerras contra o estrangeiro, o errante, o clandestino, o “sem papeis”, o vulnerável, o imigrante, o desaparecido, o reaparecido, o espectro, o desconhecido; contra tudo aquilo que vem desajustar e pôr em perigo o corpo e o *corpus* e a lógica do cálculo concentracionário da “mesmidade”. Talvez uma das questões que se poderia levantar, entre outras, diante dessa estrutura tão obstinada na segurança do si mesmo, seria até que extremos desastrosos ela seria capaz de chegar, na língua, no corpo, na instituição, na comunidade, nesse pavor sintomático por se defender desesperadamente do que se tem combinado em chamar de “vírus”? Será muito aventurado dizer que o testemunho resulta do vírus inelutável e incorrigível que deixa vir em passo sem passo o desastre sem idade no coração do idílio da língua bem sucedida, na sua identidade, a si? Língua monumentalizada terrivelmente no nacionalismo extremista, que constrói as suas arquiteturas grandiosas sobre camadas e camadas de asfalto, feito com os corpos estilhaçados, os gritos, os silêncios, os restos cantáveis de tantos outros que não cessam de revoltar-se com toda a força sem o poder das palavras errantes e espectrais?

A língua, a palavra, em certo modo a vida de uma palavra, tem uma essência espectral. Esta seria como a *différance*: se repete como ela mesma e é cada vez outra. Há uma sorte de virtualização espectral no ser da palavra, no ser mesmo da gramática. E é, portanto, já na língua, ali onde está a língua, que a experiência da vida-a morte se exerce. (DERRIDA, 2001)<sup>5</sup>

#### A essência espectral da língua faz com que na poesia e na literatura

---

<sup>5</sup> Entrevista a Evelyne Grossman. In: *Europe* (Ano 1979, n° 861-862, janeiro-fevereiro 2001). Disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/celan>>. Acesso em: 24 Out.2013. Tradução nossa.

a experiência do desastre seja iniludível. A catástrofe deixa marcas na língua; ali, na(o) tra(u)ma dos rastros do desastre, a testemunha tenta traduzir, no fio da vera, pois dar testemunho dessa marca é o trabalho impossível do sobrevivente, que confronta a chegada dos espectros, sua reparação. Agora, a língua contaminada segue trabalhando-se nas ruínas daquela língua fantasma, reinterpretando-se na cesura e no silêncio. Entre montagens, desmontagens e remontagens de línguas, uma saída da língua, um abandono, o transbordamento, a antecedência sem idade do desgarro. “O abandono de si é infinito, no sentido de que nunca se atinge o eu originário” (SELIGMANN, 2005, p. 187). Entre pegadas de pegadas acaso fica evocar aos ausentes, com as vozes que prestam os restos cantáveis?

Alcançável, próximo e não-perdido permaneceu em meio das perdas este único: a língua. Ela, a língua, permaneceu não perdida, sim, apesar de tudo. Mas ela teve que atravessar as suas próprias ausências de resposta, atravessar um emudecer, atravessar os milhares de terrores e o discurso que traz a morte. Ela atravessou e não deu nenhuma palavra para aquilo que ocorreu; mas ela atravessou este ocorrido. Atravessou e pode novamente sair, “enriquecida” por tudo aquilo. (CELAN, 1999, p. 497)

Fecundada na morte, emerge a língua desbordada pelas montanhas dos corpos cinzas que comparecem entre seus cantos. Sem poder deter o extravio e a falta de resposta, nem se deixar perder completamente entre as gretas que a constituem, assim vai e vem oscilante de abismo em abismo, e sem perder o curso incessante do seu errar silente. Nesse corpo a corpo entre elas, e nela, quando o estrangeiro advém de repente, em visitação imprevista, escava, com as unhas, túneis na neve que não levam a parte alguma onde seja acolhido.

Nesse sentido, narrar o trauma implica viver a experiência catastrófica da língua. Nada mais espectral que os vocábulos, nada que provoque tal tremor. As marcas deixadas no seu corpo ficam expostas, sua fala é a de uma ferida peregrina; outras vozes falam e ressoam na sua voz. Portanto, não se pode eludir os espectros, as ruínas, as fissuras do coração de uma língua fantasma<sup>6</sup>, uma língua em risco.

6 Palavras fantasmas de memórias insepultas que aparecem para perturbar os teoremas pressupostos e alentar outra vida aqui e agora. Palavras de um testemunho que se expõe, irredutível ao verdadeiro ou falso. “Como se sabe, em grego, *phāntasma* significa também aparição do espectro: fantasma ou alma de outro mundo. O fabuloso e o fantasmático tem um

Desfazer-se em lágrimas, sangue, fogo de escrita e talvez revoltar em retorno sem retorno, com as marcas inconfessáveis no olhar ausente. “Em um corpo sofrido, a relação entre língua e pensamento é abalada pela negatividade da experiência. A linguagem é percebida como traço indicativo de uma lacuna, de uma ausência” (SELIGMANN, 2003, p. 58). Reviver e sobreviver a cada vez outra vez, no traço inaparente da ausência, à perda da língua, quiçá virada sem origem em abertura ao impossível, implica aventurar-se no perigo pelas passagens e pelas paragens da morte, e assumir, sem repouso, o descabro dos fundamentos que ali se estremecem, pois o que aconteceu ali à língua a deixou marcada e os restos não deixam de solicitar de contaminar a memória. Assim, quem assina *Necrópole* arriscando-se no apagamento dos rastros a inscrever outra marca entre as marcas, tenta transmitir na ruptura, imagens que ecoam dos espaços ausentes, impressões físicas, corporais que tomam de súbito e fazem do hóspede o refém. Marcas que deixaram os desaparecidos no abismo dos fornos crematórios, gravadas no coração das cinzas ainda latentes na língua. Palavras fantasmas de memórias insepultas que aparecem para perturbar os teoremas pressupostos e alentar outra vida aqui e agora. Palavras de um testemunho que se expõe, irreduzível ao verdadeiro ou falso.

Nesse sentido, voltar a um território marcado pela aniquilação implica uma reinterpretação da língua, não como uma volta a uma língua original, mas a partir das passagens das línguas migratórias nela. “Uma língua cambiante e multiplicante, uma língua de sangue, uma língua de noite, uma língua que perpassa minhas regiões em todos os sentidos, que incende as energias, as arrastra e faz falar a meus horizontes secretos” (CIXOUS, 2007, p. 54). A língua do testemunho resulta inapropriável, mas se consideramos que a língua é corpo, multiplicidade nela mesma, pode-se ler “outramente” a relação e tensões de forças que imantam e os poderes que se disputam. A vinda catastrófica da língua da diferença, o exílio constitutivo dos seus passos fugitivos, traça fugas da morte que são alentos improváveis de vida e sobrevida, abre a língua concentracionária e apartacionista à

---

traço em comum: *stricto sensu* e no sentido clássico desses termos, eles não pertencem nem ao verdadeiro nem ao falso, nem ao veraz nem ao mentiroso. Antes, assemelham-se a um espaço irreduzível do simulacro ou da virtualidade. É certo que não constituem verdades ou enunciados verdadeiros propriamente ditos; tampouco são erros, enganos propositados, falsos testemunhos ou perjúrios.” (DERRIDA, 2004, p. 7).

resistência criativa que, na fragilidade dos corpos sofridos, luta contra a soberba autossuficiente, outro si em si, talvez como as “judeidades” dessas letras que emergem, como o outro, da deslocação.

Línguas passam na minha língua, se compreendem, se chamam, se tocam se alteram, com ternura, com temor, com voluptuosidade; misturam seus pronomes pessoais, no ferver das diferenças. Impedem a minha língua, tornar-se por minha; inquieta-la e a enfeitiçam. Necessidade, no interior da minha língua, dos jogos e migrações, de palavras, de letras, de sons; meus textos nunca dirão o suficiente suas bondades: a agitação que não permite que se erija uma lei, a abertura que deixa expandir-se ao infinito. (Ibidem, p. 38)

71

Línguas habitadas pelas spectralidades estrangeiras, familiares, infamiliars, sinistras, escrevem para a testemunha sem testemunha. Escrever acaso consiste nessa hospitalidade da língua arriscada ao melhor e ao pior? Acolher na carícia que respeita a distância irredutível? Receber seus presentes e suavemente deslizar-se aos seus enigmas? Línguas migratórias entre as sombras, cujo mais belo presente consiste no silêncio que repousa e provoca os lábios da boca abismal, graças ao novo alento dessa improvável mudança de ar, ao sopro entrecortado das palavras, aos caminhos sinuosos das frases que assediam ao peregrino, enquanto este as persegue entre as pegadas estrangeiras e próximas tatuadas na sua pele. A hospitalidade da língua atinge no momento extraordinário em que a língua outramente humana acolhe, se endereça imantada pelo outrem, precisamente ali onde toda a humanidade parecia ter sido abandonada.

Assim, se a língua é o outro, ruínas de rastros fugitivos, torna-se necessário pensar no que acontece; no que passa e a perpassa, vem nela, nesse tecido de traços e retraços diferenciais, nas lutas que a transbordam. Babel em cada língua. O evento da língua e sua chegada traumática lembram que nesse limiar arrisca-se a vida e a morte. É a questão do *Schibboleth*, em mais de uma língua e catástrofe, nas passagens e nos impasses que nela acontecem, entre fronteiras, na fragilidade dos intervalos, na exposição à lei do estrangeiro, à lei da língua, ao passo e não passo imprevisível. Marca diferencial, inassimilável, que vai para além do saber e, mais do que isso, é preciso reconhecê-la, fazê-la, expor-se à experiência monstruosa da sua vinda, ali onde nada está assegurado; abertura tanto ao melhor como ao pior.

Talvez o revés é o inevitável risco a se correr para “dar o passo, para passar a fronteira de um lugar ou o umbral de um poema, se ver conceder um direito de asilo ou a moradia legítima de uma língua” (DERRIDA, 2002, p. 49). A literalidade extrema, a resistência, a restância dessa palavra-chave inscrita com toda sua dureza e intraduzibilidade no corpo e no *corpus* poético celaniano, instam à tradução, às passagens pelas fronteiras. *Schibboleth* resulta inseparável do testemunho? Pois não se trata do que traçam e retraçam essas passagens entre as sombras? A testemunha não está exposta irremediavelmente entre o passo e o não passo da marca diferencial? Que testemunho se dá que não seja nesse contínuo arriscar-se, penar e errar, entre as palavras desastrosas que se desmoronam nos lábios, apagando-se entanto fantasmais consumem? Não é esse testemunho, que silente o mata, o mesmo que faz sobreviver o peregrino entre as sombras? O testemunho chama à língua da resistência que não se resigna aos usos funestos, que se faz da linguagem entre eufemismos, armadilhas semânticas, denegações, banalizações e cinismos. Uma vez mais trata-se do trato que se dá à língua, aos outros, incluso os vivos, não apenas humanos, e também os não vivos, os espectros. Aos que não acabam de afastar-se e reaparecer, aos que se deve, para além do dever e do querer, do voluntário e do involuntário, *il faut*, esculpir túmulos verbais, acaso mais fortes que a pedra, segundo a bela expressão derridiana.<sup>7</sup>

Assim, pode-se refletir no apertão de mãos e na interrupção constituinte que suscita o testemunho, e a responsabilidade diante da chamada infinita do silente. O psiquismo sem condição da responsabilidade para outro resulta hetero-auto-afetado pelo encontro irruptivo com o outro e o distúrbio irreparável da morte do outro, do que ninguém pode se exonerar e nos antecede. O evento de aquilo que vem resulta iniludível. A morte do outrem solicita portar infinitamente. O luto infinito instaura e estrutura a relação a si do sujeito. Assim, resulta questionável a concepção do sujeito que se pressupõe soberanamente à experiência.

---

7 A propósito desses poemas-túmulos-tombeaux, Derrida lembra na apresentação do livro de Sergel Mergel, *Le Tombeau du dieu artisan*, intitulada “avances”, que se trata de obras destinadas, menos a descrever ou analisar o túmulo que a “instituí-lo por um ato de linguagem, a guardar, a honrar, a bendizer a memória, prometendo-lhe uma morada verbal mais resistente do que a pedra” (DERRIDA, 1995, p. 15).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTELME, Robert. *A espécie humana*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

BERNARDO, Fernanda. *Levinas Refém. A assinatura ético-metafísica da experiência do cativo*. Coimbra: Ed. Palimage, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Discursos interrumpidos*. Madrid: Taurus, 2000.

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Editora UFMG, 2006.

BLANCHOT, Maurice. *La escritura del desastre*. Madrid: Monte Ávila, 1990.

CELAN, Paul. *Obras completas*. Madrid: Editorial Trota, 1999.

CIXOUS, Hélène. *La llegada a la escritura*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

DERRIDA, Jacques. *La hospitalidad*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2000.

\_\_\_\_\_. *Aporias*. Paris: Ediciones Galilé, 1993.

\_\_\_\_\_. *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume, 2001.

\_\_\_\_\_. *Schibboleth. Para Paul Celan*, Madrid: Arena libros, 2002.

\_\_\_\_\_. *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Antrophos, 1989.

\_\_\_\_\_. *Hablar por el otro*. Buenos Aires, *Diario de Poesía*. Número 39, 1996.

\_\_\_\_\_. *Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento*. Tradução de Piero Eyben. In : *Cerrados. Revista do programa de pós-graduação em literatura*. Número 33 Universidade de Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. *La última palabra del racismo*. Tradução de A. Gerbaudo. In: *Revista Instantes y azares*. N. 8, año 10, 2010.

\_\_\_\_\_. *La langue n'appartient pas*. Entrevista con Évelyne Grossman. *Europe*. 1979, n° 861-862/enero-febrero de 2001. Tradução de Ricardo Ibarlucía. In: *Diario de Poesía* (n° 58, primavera 2001). Edición digital de Derrida en Castellano. Disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/>> Acesso em: 24 Out. 2013.

DWORK, Debórah; PELT, Robert Jan van. *Holocausto. Uma história*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2004.

FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia*. Tradução de Marilene Carone. Ed. Cosaf Nahisy.

FLUSSER, Vilem. *Bodenlos*. São Paulo: Annablume, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

JABÈS, Edmond. *El libro de las preguntas*. Madrid: Siruela, 1990.

\_\_\_\_\_ *L 'Enfer de Dante*, Tradução de Héctor Schmucler. Fata Morgana, Paris:

KEMPLERER, Víctor. *La lengua del tercer Reich*. Minuscula, 2001.

LANZMANN, CLAUDE, *Shoah*, Paris: Gallimard, 1985.

LE GOF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEVINAS, Emmanuel. *Algunas reflexiones sobre la filosofía del hitlerismo*. Tradução de Ricardo Ibarlucía. Buenos Aires: FCE, 2001.

LACOUÉ-LABARTHE P; NANCY J. L. *O mito Nazista*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz – atualidade e política*. São Leopoldo: Nova Harmonía, 2005.

NANCY, Jean Luc. *La representación prohibida*. Buenos aires: Amorrortu.

NATZWEILER-STRUTHOF, *Camp Survivors*. Hephaestus books.

OMBROSI, Orietta. *Le crépuscule de la raison*. Paris: HERMANN ÉDITEURS DES PAHOR, Boris. *Necrópolis*. Barcelona: Anagrama, 2010.

\_\_\_\_\_ *Necrópole*. Tradução de Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_ *Quand Ulyses revient a Trieste*. Paris : Terre Guillaume de Roux, 2013.

\_\_\_\_\_ ENTREVISTA JORDI COROMINAS 2010 SEPTIEMBRE. Disponível em:

<<http://www.revistadeletras.net/dialogo-con-boris-pahor-por-jordicorominas-i-julian/>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. ENTREVISTA. ESCRIBIR NO SIRVIÓ PARA NADA. MARINA ARTUSA. 2013. Disponível em: <[http://www.revistaen.clarin.com/literatura/Boris-Pahor-Escribirsirvio\\_0\\_980301972.html](http://www.revistaen.clarin.com/literatura/Boris-Pahor-Escribirsirvio_0_980301972.html)>. Acesso em: 14 dez. 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença*. São Paulo: Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. *Narrar o trauma. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur. (Org.). *Catástrofe e Representação*, São Paulo: Escuta, 2000.